

EDITAL DE SUBMISSÃO

A Comissão Científica da Jornada Acadêmica da Ciência Ambiental (JACA) de 2025 apresenta o Edital de Submissão de Trabalhos:

1. Critérios para Inscrição

O evento acadêmico-científico da Ciência Ambiental da UFF é um espaço para exercer e fortalecer a ecologia das práticas do campo de estudos da Ciência Ambiental. Serão aceitas submissões de trabalhos de graduandos e egressos em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF) e também de graduandos e egressos de outros cursos e de outras Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Serão acolhidos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Iniciação Científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em andamento e já finalizados, Relatos de Experiência e Trabalhos de Extensão. Por se tratar de um campo transdisciplinar, trabalhos de outras áreas de conhecimento, que dialoguem com a nossa temática, serão bem-vindos. Os trabalhos serão aceitos no formato de resumo simples e produtos audiovisuais como vídeos curtos, documentários, filmes e entrevistas.

2. Normas de Submissão do resumo simples

- Cada participante poderá submeter apenas 1 (um) resumo simples como primeiro/a autor/a, no entanto será permitido participar como coautor/a em outras 3 (três) proposta de resumo;
- Cada participante só poderá submeter resumo em apenas 1 (um) Grupo de Trabalho (GT).
- Só será aceito texto em português;
- As propostas devem conter o nome completo, a titulação e pertencimento institucional de cada autor/a e coautores (nome completo, instituição, e-mail);
- As propostas devem conter 1(um) título (com até 200 caracteres), 1(um) resumo simples (entre 1.000 a 3.000 caracteres sem espaços) e de três a cinco palavras-chave;
- Serão aceitos trabalhos audiovisuais que dialoguem com os grupos de trabalhos.

Formatação geral do resumo simples:

- Formato do arquivo: Word (extensão .doc .docx);
- Margens: superior 2,5cm, inferior 2,5cm, esquerda 3 cm, direita 3 cm;

- Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
- Espaçamento entre linhas: 1,5;
- Alinhamento: justificado;
- O trabalho deve informar, na parte superior antecedente ao texto, o título em negrito em fonte Time New Roman, tamanho 12;
- As citações e referências bibliográficas devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT correspondentes;
- Após o título, inserir o nome completo do(as) autor(es/as), sendo um por linha, com alinhamento pela margem direita;
- A filiação institucional deve vir destacada em forma de nota de rodapé.

3. Grupos de Trabalho (GTs)

Os trabalhos deverão ser submetidos em um dos seguintes Grupos de Trabalho:

GT 1: Conflitos ambientais, Saúde e Justiça Ambiental

Os Conflitos Socioambientais representam o epicentro das tensões entre diferentes visões de mundo e interesses sobre o uso e a apropriação dos recursos naturais. Não se trata apenas de disputas por terra ou água, mas de embates profundos que revelam as desigualdades inerentes ao modelo de desenvolvimento vigente. Esses conflitos são frequentemente marcados por uma "ecologia política" que expõe as assimetrias de poder e a distribuição desigual dos ônus e bônus ambientais. São as comunidades tradicionais, povos indígenas e populações marginalizadas que, via de regra, arcam com os maiores impactos da degradação ambiental, enquanto os benefícios são concentrados nas mãos de poucos.

O Grupo de Trabalho Conflitos Ambientais, Saúde e Justiça Ambiental explora a intrínseca relação entre a qualidade do ambiente em que vivemos e o bem-estar humano. O conceito de conflito socioambiental transcende a mera divergência de interesses, pois é multifacetado. É a partir da reação coletiva e organizada a um problema ambiental, como as injustiças ambientais, que esses conflitos emergem, impulsionando a busca por justiça e equidade. Este GT parte do princípio de que todas as pessoas, independentemente de raça, cor, origem nacional, habilidade ou renda, devem ter o mesmo grau de proteção contra riscos ambientais e o mesmo acesso a processos de tomada de decisão que afetam seu ambiente. A Justiça Ambiental é um conceito aglutinador que integra as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade, buscando combater as desigualdades e o racismo ambiental.

GT 2: Mudanças Climáticas, Tecnologia e Inovação

O Grupo de Trabalho Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Tecnologia explora a intrínseca e complexa relação entre o avanço tecnológico e a saúde do nosso planeta. Busca-se investigar como a inovação pode ser uma aliada na busca por soluções para os desafios ambientais mais prementes, como as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que reconhece e mitiga os impactos negativos que a própria tecnologia pode gerar. A Tecnologia Verde se refere ao desenvolvimento e aplicação de produtos, processos e serviços que minimizem o impacto ambiental das atividades humanas. Isso inclui desde a criação de energias renováveis e sistemas de mobilidade elétrica até o desenvolvimento de edifícios inteligentes e soluções para o gerenciamento de resíduos. A ecoinovação destaca a importância de incorporar a dimensão ambiental no processo de inovação, buscando não apenas a eficiência econômica, mas também a sustentabilidade ecológica. Este GT convida à reflexão sobre como a ciência e a tecnologia podem ser empregadas para preservar os recursos naturais, restaurar ecossistemas degradados e promover um desenvolvimento que respeite os limites planetários, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. No debate estão incluídos temas como a vulnerabilidade de regiões aos eventos extremos e o desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono.

GT 3: Divulgação Científica e Educação Ambiental

O Grupo de Trabalho Divulgação Científica e Educação Ambiental se debruça sobre a arte e a ciência de transpor as barreiras da Universidade para compartilhar e construir junto com a sociedade o conhecimento. A divulgação científica, em sua tarefa de popularização da ciência e da tecnologia, atua como um catalisador para a educação ambiental crítica, fomentando a cidadania e o pensamento reflexivo.

A Educação Ambiental (EA) é um processo educativo contínuo, que busca formar cidadãos capazes de analisar criticamente a realidade socioambiental, identificar problemas e propor soluções. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de promover a reflexão, o diálogo e a ação transformadora. A EA, como prática social, está intrinsecamente conectada à Educação em Ciências e à Divulgação Científica, utilizando diversas ferramentas para engajar o público.

Este GT é um convite para estudantes que desejam explorar metodologias inovadoras para comunicar a ciência, desenvolver materiais educativos impactantes e criar estratégias para mobilizar a comunidade em torno de causas ambientais.

GT 4: Ecologia, Sociobiodiversidade e Saberes Ancestrais

O Grupo de Trabalho Conservação da Natureza e Sociobiodiversidade explora a interconexão vital entre a riqueza biológica do planeta e a diversidade cultural das populações que nela habitam. A sociobiodiversidade é um conceito que integra a diversidade biológica com a diversidade cultural, reconhecendo que as práticas culturais e os saberes ancestrais são fundamentais para a manutenção e o uso sustentável dos recursos naturais.

A conservação eficaz não pode ser imposta de cima para baixo, mas deve emergir de um diálogo respeitoso com as comunidades locais, valorizando seus conhecimentos tradicionais e garantindo seus direitos territoriais. A Etnobiologia, por exemplo, é um campo de estudo que investiga a relação entre as sociedades humanas e o mundo natural, revelando como os saberes tradicionais podem oferecer soluções inovadoras para a gestão de recursos e a conservação da natureza. A criação e a efetiva implementação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação, são cruciais, mas devem sempre considerar a presença e o papel das comunidades que historicamente coexistem com esses ambientes. A comunidade tradicional se define por uma relação intrínseca com o território, onde a cultura, a identidade e a subsistência estão indissociavelmente ligadas aos recursos naturais. Os saberes ancestrais são sistemas complexos de conhecimento, práticas e crenças desenvolvidos ao longo de gerações, transmitidos oralmente e por meio da vivência. Eles abrangem desde técnicas agrícolas sustentáveis até o uso medicinal de plantas e a compreensão profunda dos ciclos naturais. Este GT explora temas como o manejo sustentável de recursos naturais por comunidades tradicionais, o papel da legislação na proteção da sociobiodiversidade, e a importância de cadeias de valor sociobiodiversas para o desenvolvimento sustentável.

GT 5: Economia Circular, Gestão de Resíduos Sólidos e Desenvolvimento Sustentável

O Grupo de Trabalho Economia Circular, Gestão de Resíduos Sólidos e Desenvolvimento Sustentável explora um paradigma econômico transformador que busca redefinir a forma como produzimos e consumimos, visando a sustentabilidade em sua essência. Longe do modelo linear de "extrair, produzir, usar e descartar". A Economia Circular propõe um sistema regenerativo, onde os resíduos são minimizados e os recursos são mantidos em uso pelo maior tempo possível. A gestão de resíduos sólidos, por sua vez, abrange desde a coleta e o tratamento até a reciclagem e a recuperação energética, buscando sempre a hierarquia de prioridades: não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar, tratar e, por último, dispor de aterros sanitários.

Propõe-se investigar as complexidades da gestão de resíduos e do desenvolvimento sustentável, explorando temas como a implementação de sistemas de coleta seletiva, o desenvolvimento de tecnologias de reciclagem, a criação de cadeias de valor para

resíduos e o papel da legislação na promoção da responsabilidade estendida do produtor. Este GT convida a repensar o ciclo de vida dos produtos.

GT 6: Urbanização, Espaços Livres, e Sustentabilidade Urbana

O Grupo de Trabalho Urbanização e Sustentabilidade Urbana aborda um dos paradoxos do século XXI: o crescimento acelerado das cidades e a necessidade urgente de torná-las ambientes habitáveis, equitativos e ecologicamente saudáveis. Com mais da metade da população mundial vivendo em áreas urbanas, este GT explora como o planejamento e a gestão urbana podem mitigar os impactos ambientais negativos e promover a qualidade de vida. A sustentabilidade urbana, como conceito, transcende a mera preocupação ambiental, englobando dimensões sociais, econômicas e culturais, buscando um equilíbrio que garanta o bem-estar das gerações presentes e futuras. O planejamento urbano é crucial, pois influencia diretamente como lidamos com desafios globais, como as mudanças climáticas, a desigualdade social e a gestão de recursos. Os desafios são imensos: poluição do ar, consumo excessivo de recursos, gerenciamento de resíduos, déficit habitacional e acesso desigual a serviços básicos. Este GT convida a investigar soluções para os desafios da urbanização, explorando temas como o direito à cidade sustentável, a resiliência urbana, a governança participativa e o desenvolvimento de cidades inteligentes.

GT 7: Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional

A Agroecologia é uma ciência, um movimento social e uma prática que propõe a construção de sistemas agrícolas resilientes, diversificados e socialmente justos.

O conceito de Agroecologia, que ganhou força no final do século XX, busca resgatar e integrar tecnologias de produção que respeitem os ciclos naturais, promovam a biodiversidade e fortaleçam a autonomia dos agricultores. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por sua vez, é o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e que sejam produzidos de forma sustentável e respeitando a diversidade cultural.

Este GT convida estudantes a investigar como a Agroecologia pode ser uma resposta eficaz aos desafios da fome, da degradação ambiental e da perda de biodiversidade através do manejo ecológico do solo, da diversificação de culturas, da integração lavoura-pecuária-floresta. Outro ponto de investigação é o papel da agricultura familiar e camponesa na produção de alimentos e a construção de mercados justos e solidários.

GT 8: Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental

O Grupo de Trabalho Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental explora o poder das geotecnologias como ferramentas essenciais para a compreensão, análise e gestão do meio ambiente. Este GT se dedica à aplicação de sistemas de informação geográfica (SIG), sensoriamento remoto e outras técnicas de geoprocessamento para coletar, armazenar, manipular, analisar e apresentar dados espaciais relacionados a fenômenos ambientais. O Geoprocessamento Ambiental é um campo em constante evolução, mas o conceito central é a capacidade de integrar diferentes camadas de informação geográfica – como dados de solo, vegetação, hidrografia, uso da terra e ocupação humana – para identificar padrões, prever impactos e monitorar mudanças ao longo do tempo. O monitoramento ambiental, por sua vez, utiliza essas ferramentas para acompanhar a qualidade da água e do ar, o desmatamento, a expansão urbana, a ocorrência de desastres naturais e a efetividade de políticas de conservação. Este GT convida estudantes a investigar as diversas aplicações do geoprocessamento no campo ambiental a partir de temas como a elaboração de mapas de risco, a análise de vulnerabilidade socioambiental, o planejamento de unidades de conservação, o monitoramento de áreas degradadas e a gestão de recursos hídricos.

GT 9: Direito Ambiental e Políticas Públicas

O Direito Ambiental é um ramo do direito que nasceu no século XX, em resposta à crescente crise ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais. A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, com marcos importantes como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81), a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) e o Código Florestal (Lei 12.651/2012). As políticas públicas ambientais, por sua vez, são o conjunto de ações e programas implementados pelo Estado para atingir os objetivos da legislação ambiental, abrangendo desde o licenciamento ambiental e a fiscalização até a criação de unidades de conservação e o fomento a práticas sustentáveis.

Este GT convida estudantes a investigar a aplicação e a efetividade do Direito Ambiental e das Políticas Públicas na proteção do meio ambiente. O GT abarca temas como a judicialização de questões ambientais, o papel dos órgãos de controle e fiscalização, os desafios da implementação de políticas públicas em um contexto de desigualdades sociais e econômicas, e a participação da sociedade civil na construção de um ambiente mais justo e sustentável.

4. Cronograma

- **Inscrições com envio do resumo simples do trabalho:** 10/09/2025 a 06/10/2025
- **Confirmação da inscrição via e-mail após análise pela Comissão Científica:** 16/10/2025
- **Realização da JACA:** de 21 de outubro a 24 de outubro de 2025.

5. Comitê Científico:

Egressos do Curso de Ciência Ambiental e Pós-graduandos:

Luana Abreu

Luana Maior

João Victor Consoli

João Vitor Silva

Maria Beatriz Sousa

Monique Freitas

Simone Benevento Mota

Professores do curso de Ciência Ambiental:

Alexandre Jose Firme Vieira

Cristiane Nunes Francisco

Felix Carrielo

Raquel Giffoni Pinto

Sergio Ricardo da Silveira Barros

Sonia Maria Alves Costa

Viviane Fernandez de Oliveira